



Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal da Maia

AVERBAMENTO			
REQUERENTE			
Nome/Designação			
Domicílio/Sede			
Freguesia /União			
Código Postal	Concelho		
NIF	N.º ID Civil	Válido até	
Código da Certidão Comercial Permanente			
Telefone	Telemóvel	Fax	
E-mail			
Na qualidade de:	<input type="checkbox"/> Proprietário	<input type="checkbox"/> Locatário	<input type="checkbox"/> Arrendatário <input type="checkbox"/> Interessado <input type="checkbox"/> Outro:
REPRESENTANTE			
Nome			
Domicílio			
Freguesia /União			
Código Postal	Concelho		
NIF	N.º ID Civil	Válido até	
Telefone	Telemóvel	Fax	
E-mail			
Na qualidade de:	<input type="checkbox"/> Mandatário	<input type="checkbox"/> Sócio-Gerente	<input type="checkbox"/> Administrador <input type="checkbox"/> Outro:
MEIO DE NOTIFICAÇÃO			
<input type="checkbox"/> Autorizo o envio de notificações, no decorrer deste processo, para o endereço eletrónico indicado:			
E-mail			
PEDIDO			
Em conformidade com o estabelecido no n.º 10 do artigo 9.º do RJUE - Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação atual, vem requerer a V. Exa. o averbamento a seguir identificado:			
PROCESSO N.º			
Tipo de averbamento:			
<input type="checkbox"/> Averbamento do titular do processo			
<input type="checkbox"/> Averbamento do titular de alvará de licença /autorização			
<input type="checkbox"/> Averbamento do autor do projeto de:			
<input type="checkbox"/> Averbamento do técnico coordenador do projeto			
<input type="checkbox"/> Averbamento do técnico responsável pela direção da obra			
<input type="checkbox"/> Averbamento do técnico responsável pela direção de fiscalização da obra			
<input type="checkbox"/> Averbamento do adjudicatário da obra			
<input type="checkbox"/> Outro averbamento:			
Averbamento:			
<input type="checkbox"/> anterior titular do processo			
Nome/Designação			
Domicílio/Sede			
Freguesia /União			
Código Postal	Localidade		
NIF	N.º ID Civil	Válido até	

<input type="checkbox"/> anterior adjudicatário da obra		
Nome/Designação		
Domicílio/Sede		
Freguesia /União		
Código Postal	Localidade	
NIF	N.º ID Civil	Válido até
<input type="checkbox"/> novo autor do projeto		
Nome:		
Habilitação:		
Ordem/Associação profissional:	Inscrição n.º:	
<input type="checkbox"/> novo coordenador do projeto		
Nome:		
Habilitação:		
Ordem/Associação profissional:	Inscrição n.º:	
<input type="checkbox"/> novo diretor de fiscalização da obra		
Nome:		
Habilitação:		
Ordem/Associação profissional:	Inscrição n.º:	
<input type="checkbox"/> novo diretor da obra		
Nome:		
Habilitação:		
Ordem/Associação profissional:	Inscrição n.º:	
<input type="checkbox"/> titular de alvará de licença de: (tipo de operação urbanística)		
Alvará n.º:	emitido em:	vigente até:
Anterior titular do alvará:		
Novo titular do alvará:		

TOMEI CONHECIMENTO

- O Município da Maia utiliza os seus dados pessoais para dar resposta aos seus pedidos, instrução dos seus processos, prestar informação sobre assuntos da autarquia e para fins estatísticos. Para mais informações sobre as práticas de privacidade do Município da Maia, consulte o nosso site ou envie um e-mail para responsavel.dados@cm-maia.pt.
- De acordo com o entendimento da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos os documentos apresentados no âmbito do presente processo são documentos administrativos, pelo que o Município estará obrigado a garantir o seu acesso integral a todos aqueles que o solicitem.
- As respostas aos dados integrantes no presente requerimento são de preenchimento obrigatório sob pena de indeferimento do pedido.
- Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo requerente.
- Declaro, sob compromisso de honra e estando consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.
- Declaro cumprir os demais deveres de que seja incumbido por lei, designadamente pelo RJUE e respetivas portarias regulamentares, bem como as demais normas legais e regulamentares em vigor.
- Os técnicos e pessoas a quem seja aplicável a Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, republicada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, e subsequentes alterações, deveram manter todos os seguros obrigatórios válidos, sob pena de a Câmara Municipal determinar a suspensão da execução da obra, sob as cominações legais, até à comprovação da regularização da situação.
- O Gabinete Municipal de Atendimento procede à verificação do processo, aconselhando a não efetuar a entrega sem que o mesmo esteja devidamente instruído, sendo a falta de documentação necessária motivo de não prosseguimento do pedido apresentado.

PEDE DEFERIMENTO

Assinatura	Data
------------	------